

PARANÁ CLÍNICAS – PLANOS DE SAÚDE S/A
CNPJ 76.717.040/0001-10
Curitiba – PR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PARANÁ CLÍNICAS – PLANOS DE SAÚDE S/A com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 3201, na cidade de Curitiba –tem por objeto social, nos termos da Lei 9.656/1998, a operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, exclusivamente nas modalidades coletiva empresarial e por adesão. A operadora está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 35.014-1.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de Apresentação

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e alterações Leis 11.638/07 e 11.941/09, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pela ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo plano de contas Resolução Normativa (RN) nº 435 e alterações subsequentes.

As demonstrações Contábeis foram aprovadas para emissão pela Administração 28 de março de 2022.

2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis exigem que a administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas, com base em estimativas e premissas, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua, sendo reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros. Dentre as principais estão:

avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;

- provisão para perdas sobre créditos;
- recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidas;
- teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- provisões técnicas; e
- provisões judiciais.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os saldos foram arredondados para a milhar mais próxima.

2.4 Normas/Pronunciamentos Novos

- **Normas ANS – Resolução Normativa (RN) nº 472/2021**

A Resolução Normativa 472, que revoga a RN 435/2018, foi emitida pela ANS em 29/09/2021, com início de vigência em 01/01/2022, e delibera sobre Plano de Contas e divulgação em geral.

A Companhia analisou a norma e constatou que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.5 Principais Práticas Contábeis

A Companhia adota o regime de competência para registro de suas operações. Com a aplicação desse regime, o reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independe do seu efetivo recebimento ou pagamento.

As principais práticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

2.5.1 Apuração do Resultado

a) Receita: As Contraprestações Efetivas Ganhas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pro rata dia, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos.

b) Custo: Os Eventos Indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Parte dessas faturas não é apresentada dentro do período da sua competência, porém, estes eventos são registrados mediante constituição de Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA).

2.5.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Neste sentido, considera-se equivalentes de caixa, o caixa e saldos bancários em conta movimento.

2.5.3 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras registradas são avaliadas ao seu valor justo, demonstradas ao custo de aplicação, acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A companhia constituiu ativos garantidores com base em aplicações financeiras para lastrear provisões técnicas, sua movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

2.5.4 Contraprestações Pecuniárias a Receber

Mantidas no balanço e registradas pelo valor nominal dos títulos que representam esses créditos, em contrapartida à:

Preços preestabelecidos – provisão para prêmios e contraprestação não ganhas, no passivo circulante e posteriormente para a conta de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

A provisão para perdas sobre créditos de sua carteira, contraprestação efetiva, é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos em operações com planos de assistência à saúde. Constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias de planos coletivos, e há mais de 60 dias de planos individuais.

A companhia através de sua administração, revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à efetiva evolução da inadimplência.

2.5.5 Despesas Diferidas

O saldo diferido, é representado por Comissões/Agenciamentos, que serão baixadas à medida que for decorrendo o prazo de permanência, apropriando-se ao resultado. Como a Operadora não possui estudo Atuarial próprio, considera-se o prazo de permanência de 12 meses, conforme orientação da ANS (RN 435, atualizada pela RN 472).

2.5.6 Investimentos

Os Investimentos em Participações Societárias são registrados pelo custo de aquisição, os demais Investimentos se aplicável, estão a valor de mercado.

2.5.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, exceto para terrenos.

2.5.8 Intangível

Encontram-se registrados ao custo de aquisição, e posteriormente deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida pelo método linear, e leva em consideração a vida útil estimada destes ativos.

2.5.9 Valor Recuperável de Ativos

A Administração revisa o valor contábil líquido dos seus ativos, tendo como objetivo de avaliar possíveis eventos que possam indicar perda de seu valor.

2.5.10 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Representada por provisões para garantia das obrigações contratuais, calculada com base nos critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em conformidade com a RN 393/2015, RN 442/2018 e atualizações posteriores.

a) Eventos a Liquidar com Operações de Assistência à Saúde - Representados por eventos passados, devidamente notificados pelos prestadores de serviços de assistência à saúde, recebidos até 31/dez./2021, como: exames, consultas, honorários médicos, internações. Eventos a Liquidar ao SUS são contabilizados com base nos valores demonstrados no sítio da ANS;

b) PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - (Nota Técnica Atuarial de Provisão - NTAP) é emitida e de responsabilidade da Atuaria Manuelle Maggesi Garcez MIBA/MTPS/2244, aprovada pela ANS em 29/mai./2009 – Ofício ANS nº 786/2009/GGAME/DIOPE/ANS/MS.

c) A Provisão de Remissão é realizada para garantir as obrigações decorrentes de cláusulas contratuais de remissão concernente à cobertura de assistência à saúde, elaborada com base na RN 393/2015 e alterações, pela consultoria contratada pela operadora;

d) A PPCNG é constituída a partir de 01/jan./2013, tendo origem do início de vigência ou da emissão da nota fiscal, o que vir a ocorrer primeiro e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, considerando o risco decorrido, com finalidade de registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime contábil de competência.

e) A PEONA SUS (RN nº 393/2015 e RN nº 442/2018), deveria a sua constituição, ocorrer mensalmente, a partir de janeiro de 2020, O prazo final para a sua realização será de um período de trinta e seis meses. Para a data de 31/dez./2021, a operadora constituiu a provisão integral desta obrigação.

2.5.11 Empréstimos e Financiamentos

São contabilizados pelo valor do principal, acrescidos quando aplicável, dos respectivos encargos e variações auferidos e/ou incorridos até a data do balanço.

2.5.12 Tributos e Encargos Sociais a Recolher

A empresa tem como regime de apuração fiscal o lucro real anual. O imposto de renda foi calculado e provisionado sobre o lucro tributável, pela alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 20.000,00 no mês e a contribuição social foi calculada sobre o lucro pela alíquota de 9%.

2.5.13 Provisão para Férias e Encargos

A provisão de férias e seus respectivos encargos, foi constituída para cobertura de férias vencidas e proporcionais por direito adquirido apropriados até a data do balanço.

2.5.14 Passivos Contingentes

As provisões são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os valores envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

2.5.15 Testes de Adequação de Passivos - TAP

Seguindo a exigência da RN nº 435/2018, realizamos o Teste de Adequação de Passivo, para as demonstrações financeiras do exercício de 2021. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste. Para a realização do TAP, os contratos são segregados, entre as modalidades: (i) individual, (ii) coletiva (adesão e empresarial). O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das receitas e das despesas futuras, deduzida dos custos de aquisição diferidos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. A estimativa de sobrevivência utilizada é a tábua BR-EMS 2015 e as

estimativas de cancelamento, inflação médica e reajuste de prêmios foram baseados nos dados da experiência da Companhia. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco. Para a modalidade (ii) coletiva, o resultado do LAT demonstra adequação, não apresentando resultado negativo. Já para a modalidade (i) individual, o resultado do LAT apresentou insuficiência de R\$ 3.830.335,68, entretanto sendo compensada com a modalidade (ii) coletiva.

3. DISPONÍVEL

Trata-se de valores monetários disponíveis em conta corrente bancária, ou em poder da empresa, assim distribuídos:

	Exercícios	
	2021	2020
Disponível		
Caixa	1.404,11	1.404,11
Bancos Conta Movimento	1.543.764,55	2.091.229,79
TOTAL	1.545.168,66	2.092.633,90

4. APLICAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras, estavam assim apresentadas:

	Exercícios	
	2021	2020
a) Garantidoras de Provisões Técnicas		
Títulos de Renda Fixa - Privados	45.021.210,56	55.841.202,28
Subtotal	45.021.210,56	55.841.202,28
b) Aplicações Livres		
Títulos de Renda Fixa - Privados	24.297.179,45	21.749.359,07
Títulos de Renda Variável	10.143,10	10.143,10
Subtotal	24.307.322,55	21.759.502,17
TOTAL	69.328.533,11	77.600.704,45

5. OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE A RECEBER

O saldo de contas a receber de clientes se refere as operações relacionadas com plano de saúde e de serviços relacionados a assistência à saúde, gerados pelas operações da Companhia.

	Exercícios	
	2021	2020
Planos médico-hospitalares		
Planos Coletivos	8.947.274,35	5.640.773,60
Planos Individuais	94.310,96	87.830,41
Coparticipação	1.324.527,13	474.763,82

Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	0,00	351.145,76
Outros Créditos Operações Assist. Médico (a)	0,00	472.617,32
Subtotal	10.366.112,44	7.027.130,91
(-) PPSC	(3.281.119,14)	(2.587.463,03)
Total líquido	7.084.993,30	4.439.667,88

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	Exercícios	
	2021	2020
Imposto de Renda	2.060.666,51	760.479,72
Contribuição S/ Sobre o Lucro Líquido	659.752,73	244.577,52
Créditos de PIS e COFINS	73.484,53	71.880,98
Outros Créditos Trib. e Prev.	0,00	1.063,45
Total	2.793.903,77	1.078.001,67

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

O saldo é composto pelas seguintes contas:

	Exercícios	
	2021	2020
Estoques	1.817.776,12	1.534.657,89
Adiantamentos	3.086.756,15	552.257,55
Outros Bens e Títulos a Receber	1.054,13	0,00
TOTAL	4.905.586,40	2.086.915,44

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – Não Circulante – Realizável a Longo Prazo

É representado pelas seguintes contas:

	Exercícios	
	2021	2020
Créditos Tributários		
Créditos de PIS (a)	336.436,64	277.763,26
Créditos de COFINS (a)	2.070.379,38	1.709.312,38
TOTAL	2.406.816,02	1.987.075,64

(a) Créditos tributários de PIS e COFINS, calculados sobre provisão de eventos/sinistros a liquidar PEONA.

9. ATIVO FISCAL DIFERIDO – Não Circulante – Realizável a Longo Prazo

É representado pelas seguintes contas:

	Exercícios	
	2021	2020
Créditos Tributários		
IR Dif Temporais (a)	5.352.785,78	2.492.938,54
CS Dif. Temporais (a)	1.134.578,15	904.882,99
TOTAL	6.487.363,93	3.397.821,53

(a) Os valores diferidos de imposto de renda e contribuição social, sobre diferenças temporais, são constituídos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS – Não Circulante – Realizável a Longo Prazo

Abaixo destacamos a origem para os quais a Companhia efetuou os depósitos judiciais:

	Exercícios	
	2021	2020
Depósitos Judiciais		
Dep. Judiciais/Cíveis (a)	309.192,46	291.230,03
Dep. Judiciais Trabalhistas/Enc. Sociais (b)	12.097.683,18	10.955.943,27
Dep. Judiciais - SUS (c)	4.846.108,29	5.068.586,18
TOTAL	17.252.983,93	16.315.759,48

(a) Corresponde a depósitos judiciais e tem como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução indenizatória.

(b) Depósitos efetuados pela Companhia para suprir questionamentos de contingências de natureza reclamatória trabalhista e danos morais; Depósitos judiciais de encargos sociais, com base nos Autos nº 5007086-85.2010.404.7000 de Mandado de Segurança Preventivo - 6ª Vara Federal Cível de Curitiba, a Paraná Clínicas.

(c) A Companhia questiona judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a título de Ressarcimento ao SUS, que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98.

11. IMOBILIZADO

	Exercícios			
	2021		2020	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis de Uso Próprio Não Hosp. (a)	17.862.436,96	(1.425.801,57)	16.436.635,39	2.786.525,34
Imobilizado de Uso Próprio Hosp.	5.116.570,51	(3.693.608,22)	1.422.962,29	602.305,33
Imobilizado de Uso Próprio Não Hosp	17.676.255,73	(11.697.839,91)	5.978.415,82	4.546.379,65
Imobilizado em Construção	0,00	0,00	0,00	88.567,97
Total	40.655.263,20	(16.817.249,70)	23.838.013,50	8.023.778,29

(a) No exercício de 2021, foi realizado investimentos com a implantação da Unidade São José dos Pinhais-PR (Terreno R\$ 5.000.000,00; Edificações R\$ 8.922.461,89).

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a degradação de ativos.

O montante de depreciação apurada no exercício é registrada no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas”.

Não foi identificado pela administração eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil para os itens apresentados no ativo imobilizado.

12. INTANGÍVEL

Representado pelas seguintes contas:

	Exercícios			
	2021		2020	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Aquisição de Carteira(a)	14.400.000,00	(299.880,00)	14.100.120,00	0,00
Software.	3.046.107,33	(2.311.256,93)	734.850,40	1.056.244,49
Marcas e Patentes.	925,52	0,00	925,52	925,52
Total	17.447.032,85	(2.611.136,93)	14.835.895,92	1.057.170,01

(a) Aquisição da carteira da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa em 19/03/2021, no valor de R\$ 14,4milhões (Nota Explicativa 29).

Os ativos intangíveis estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o seu valor de recuperação.

O montante de amortização apurada no exercício é registrada no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas”.

Não foi identificado pela administração eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil para os itens apresentados no ativo imobilizado.

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As Provisões Técnicas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, decorrente de um evento passado, em que há uma indicação provável que benefícios

econômicos sejam utilizados para liquidar a obrigação, tendo uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser constituída. Em decorrência da atividade operacional da Companhia, algumas provisões são requeridas, conforme abaixo:

	Exercícios	
	2021	2020
Provisão p/Remissão (a)	32.837,76	59.622,82
Provisão p/Eventos a Liquidar – SUS (b)	8.254.891,12	9.785.086,45
Prov. p/Eventos a Liquidar (c)	28.634.988,21	19.011.116,07
Prov. p/Eventos Ocorridos e não Avisados PEONA	8.117.021,79	6.743.532,08
Provisão p/ PEONA – SUS (e)	2.146.150,00	1.927.766,00
TOTAL	47.185.888,88	37.527.123,42

(a) A provisão de remissão é constituída sobre os contratos de beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações por um período conforme cobertura prevista em contrato, registrada mediante nota técnica e laudo atuarial.

(b) A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde representa os custos de atendimentos e assistência dos seus beneficiários que recorreram a atendimento à saúde pública. As operadoras devem registrar em sua escrituração contábil na rubrica “Sistema Único de Saúde – SUS” o ressarcimento ao SUS, a obrigação ocorre sob rubrica “Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS” no passivo circulante e não circulante (nota 19, montante de R\$ 13.275.910,39)

(c) A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços pelo valor integral informado dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, atualizadas pelas RNs 322/2013 já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro e 435/2018).

(d) A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para cobertura dos eventos ocorridos e não avisados, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012, 393/2015 e 442/2018, calculada com base em nota técnica atuarial submetida a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

(e) A provisão de eventos ocorridos e não avisados no SUS – PEONA SUS – reflete uma estimativa de valor de eventos/sinistros ocorridos na rede assistencial do Sistema SUS e que não tenham ainda sido avisados. Regulamentada pela Resolução Normativa (RN) 442/2018, em vigor desde 01/jan./2020. O provisionamento feito pela Operadora é feito com base nas informações disponibilizadas mensalmente no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Exercícios	
	2021	2020
Comissões a Pagar	227.317,79	283.285,00
Operadoras de Plano de Assist. a Saúde	156.285,76	142.422,21
Outros Débitos de Planos de Assist. Saúde	3.059.630,97	3.301.051,83
TOTAL	3.443.234,52	3.726.759,04

15. PROVISÕES

	Exercícios	
	2021	2020
Provisão de IR	587.493,53	692.158,80
Provisão de CSLL	260.560,55	295.966,86
TOTAL	848.054,08	988.125,66

A Companhia adota o regime Lucro Real anual para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, após o lucro líquido são realizados ajustes de acordo com a legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

O saldo é composto pelas contas abaixo:

	Exercícios	
	2021	2020
Imposto Sobre Serviços – ISS	519.855,39	261.816,77
Contribuições Previdenciárias	341.981,72	335.723,57
FGTS a Recolher	136.970,29	124.262,29
COFINS e PIS	426.530,75	228.403,75
Outros Impostos e Contribuições	3.117,61	2.592,28
Retenções de Impostos e Contribuições	1.102.837,79	708.958,39
TOTAL	2.531.293,55	1.661.757,05

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021, os contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

Descrição	Exercícios	
	2021	2020
Leasing – Aquisição de Ativos Fixos	2.525.902,53	1.033.828,58
Total	2.525.902,53	1.033.828,58
Circulante	865.381,95	363.388,31
Não Circulante	1.660.520,58	670.440,27

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos encontram-se registrados próximo ao seu valor justo.

18. DÉBITOS DIVERSOS

	Exercícios	
	2021	2020
Salários a Pagar	879.391,30	804.254,28
Provisão de Férias	2.230.050,72	1.930.109,98
Multas Administrativas	59.534,28	57.579,48
Lucros Destinados a Distribuição Acionistas	1.021.081,18	1.705.792,38
Outros Débitos	1.567.946,58	129.996,18
TOTAL	5.758.004,06	4.627.732,30

19. PROVISÕES TÉCNICAS – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	Exercícios	
	2021	2020
Provisão para Remissão	5.280,67	6.569,87
Provisão Eventos/Sinistros Liq. SUS – Parc.(a)	174.910,98	416.439,18
Depósitos Judiciais Ressarcimento ao SUS (a)	4.846.108,29	5.068.586,19
TOTAL	5.026.299,94	5.491.595,24

(a) Nota 13 (b)

20. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	Exercícios	
	2021	2020
Provisão para Ações Jud. Tributárias (a)	1.264.211,07	0,00
Provisão para Ações Cíveis (b)	1.172.865,01	957.620,57
Provisão Ações Trabalhistas (c)	14.726.406,00	13.800.991,62
Provisão para Multas ANS	89.870,22	86.714,87
TOTAL	17.253.352,30	14.845.327,06

(a) A Companhia questiona o Termo de Ação Fiscal nº 01-112562/2018 da Prefeitura Municipal de Curitiba, referente cobrança do Imposto Sobre Serviço – ISS.

(b) A Companhia possui ações judiciais oriundas de beneficiários do Plano de Saúde, relacionadas com carência, procedimentos não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS, reajustes, manutenção de beneficiário, dentre outras. Os valores das Provisões foram efetuadas com base no relatório da Assessoria Jurídica da Operadora.

(c) A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista que discute o reconhecimento de vínculo empregatício e de verbas trabalhistas e/ou rescisórias. Depósitos judiciais mencionados na nota nº 10 (b).

21. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Distribuição de Lucros

No presente exercício foi destinado aos sócios a título de distribuição de lucros, o montante de R\$ 1.021.081,18, de acordo com o que rege o estatuto da Companhia.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 23.a – CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social da Operadora em 31/dez./2020 era de R\$ 35.200.000,00 (trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas. Para a data de 31/dez./2021 é de R\$ 51.305.798,74 (cinquenta e um milhões, trezentos e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), representado por 13.093.356 (treze milhões e noventa e três mil e trezentos e cinquenta e seis) ações ordinárias nominativas. Os aumentos de capital ocorreram através de aportes de Capital nos montantes de R\$ 1.705.796,42 e R\$ 14.400.002,32, aprovados, respectivamente, em 12/abr./2021 e 29/jun./2021, com emissão de novas ações. Devidamente comunicado a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Nota 23.b – RESERVA DE LUCROS:

(i) **Reserva Legal:** Constituída obrigatoriamente pela Operadora com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que o valor atinja 20% do capital social.

(ii) **Reserva Lucros:** A Assembleia Geral decidirá sobre o saldo dos lucros remanescentes, bem como a sua destinação.

Nota 23.c – AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:

Esta conta reflete as oscilações do mercado de títulos de renda variável e suas respectivas realizações.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social calculado com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	2021	2020
(=) Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.930.853,11	20.388.958,93
(+) Adições:		
Contingências Tributárias/Cível/Trabalhista	1.245.528,15	2.493.784,11
Provisões de Balanço	0,00	4.510.335,79
Provisões sobre Perdas	515.306,75	1.016.987,54
INSS Verbas Indeniz./Auton. Dep. Judicial	648.938,23	682.933,07
Depreciações de Leasing	525.206,68	535.793,30
Despesas Financeiras de Leasing	113.181,90	121.968,82
Outra Adições	139.690,07	168.101,98
Sub-total	3.187.851,78	9.529.904,61
(-) Exclusões		
Provisões de Balanço	0,00	4.140.407,97
Recuperação Tributos	0,00	3.058.190,36
Reversão de Provisão Sobre Perdas	649.765,18	1.021.924,50
Pagamento Parcelas de Leasing	484.226,74	514.134,24
Outras exclusões	0,00	2.734,11
Sub-total	1.133.991,92	8.737.391,18
Base de Cálculo CSLL antes do prejuízo fiscal	5.984.712,97	21.181.472,36
Base de Cálculo CSSL após prejuízo fiscal	5.984.712,97	21.181.472,36
CSLL a Recolher - 9%	538.624,16	1.906.332,51
CS Dif. Temporais	229.695,16	904.882,99
Base de Cálculo IRPJ	5.984.712,97	21.181.472,36
IRPJ - 15% + 10%	1.472.178,24	5.271.368,09
IR Dif. Temporais	2.859.647,24	2.492.938,54
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador	4.065,31	53.952,63
(-) Fundo Municipal dos Direitos da Criança	0,00	2.400,00
IRPJ Líquido a Recolher	1.468.112,94	5.215.015,46
24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
	2021	2020
Pessoal	12.538.941,76	12.859.558,76
Serviços de terceiros (i)	348.473,63	1.520.942,84
Localização e funcionamento (ii)	2.963.344,49	2.878.380,29
Depreciação e amortização	893.077,63	916.878,64
Publicidade e propaganda	989.490,69	787.019,92
Tributos	2.029.717,95	574.549,91

Despesas Diversas	6.098.848,78	9.808.097,98
Total	25.861.894,93	29.345.428,34

- (i) Serviços advocatícios e de consultoria entre outros;
- (ii) Utilização e manutenção das instalações da companhia, como luz, água, serviços de manutenção, etc.;

25. EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS

As despesas assistenciais registradas em eventos indenizáveis líquidos correspondem aos valores dos procedimentos médico-hospitalares prestados aos beneficiários dos planos de saúde da operadora, carteira própria, e de outras operadoras, corresponsabilidade assumida.

Abaixo apresentamos os gastos assistenciais por grupo de classificação, em conformidade com o Anexo da RN ANS nº 446, de 1º de novembro de 2019:

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 411X1)	Carteira Própria (beneficiários da Operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiário de outras operadoras)	
	2021	2020	2021	2020
1- Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1- Planos Individuais/Familiares antes da Lei	2.183.114,33	2.734.464,24	0,00	0,00
1.2- Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	2.954.816,50	2.859.573,14	0,00	0,00
1.3- Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	164.086.294,95	128.253.201,16	14.016.706,19	10.956.516,27
Total	169.224.225,78	133.847.238,54	14.016.706,19	10.956.516,27

INFORMAÇÕES SOBRE CORRESPONSABILIDADE

A edição da RN 446, de 01 de novembro de 2019, acrescentou o artigo 3º-A e um Capítulo V ao Anexo da RN nº 435, de 2018, que estabelece às Operadoras informarem a segregação dos valores contabilizados referentes às contraprestações de corresponsabilidade cedida e às despesas assistenciais, respectivamente grupos 31171 e 41111.

Para atender o normativo vigente a segregação da escrituração contábil dos lançamentos de corresponsabilidade é apresentada nos seguintes quadros:

CONTRAPRESTAÇÕES DE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em Preço Preestabelecido	
	2021	2020
1- Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
1.1- Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	2.811.448,29	2.581.998,59
Total	2.811.448,29	2.581.998,59

EVENTOS / SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 411X1)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)	
	2021	2020
1- Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido		
1.1- Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	14.016.706,19	10.956.516,27
Total	14.016.706,19	10.956.516,27

26. PARTES RELACIONADAS

A Resolução CFC 1297/10, CPC 05 e atualizações posterior, citam a obrigação de registrar em notas explicativas o montante a pagar e a receber das partes relacionadas.

A definição de Parte relacionada, é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a Companhia.

As transações com partes relacionadas da Companhia, se referem apenas a honorários da diretoria e demais verbas vinculadas, e, são registrados em rubricas específicas no resultado do exercício.

27. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Período	4.299.289,18	17.245.383,49
Ajustes para reconciliação do lucro líquido com a geração de caixa das atividades operacionais		
Provisão para Créditos Duvidosos	809.882,67	751.260,66
Depreciação e Amortização	3.028.222,37	1.656.142,84
Provisões Técnicas PEONA/REMISSÃO	1.563.799,45	3.636.008,97
Provisão para Contingências	3.122.394,47	4.371.346,48
Juros sobre Capital Próprio	0,00	- 582.351,00
Resultado Líquido Ajustado	12.823.588,14	27.077.791,44
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	-1.239.835,59	-18.536.504,35
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	-5.177.705,49	- 4.483.562,61
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-6.406.047,06	4.057.724,48

28. RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS E MARGEM DE SOLVÊNCIA APURAÇÃO DO CAPITAL REGULATÓRIO

Conforme disposto no Art. 2º da Resolução Normativa nº 451/2020, Capital Regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital por ela regulamentadas que, até dezembro/2022, corresponde ao maior valor entre o Capital Base, 75% da Margem de Solvência e o Capital Baseado em Riscos visto que a operadora optou pela adoção antecipada prevista no Art. 15.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)

Para o cálculo de ajustes por efeitos econômicos no patrimônio da operadora, a ser considerado para fins de Margem de Solvência (MS) e Capital Base (CB) na apuração do Patrimônio Líquido em dezembro/2020, utilizamos os critérios estabelecidos no Art. 9º da Resolução Normativa nº 451/2020, conforme apresentado no quadro abaixo:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO		Dez/21
		Valor (R\$)
(+)	Patrimônio Líquido/Patrimônio Social	67.142.964,94
	AJUSTES OBRIGATÓRIOS	
(-)	Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal	6.487.363,93
(-)	Comissões Diferidas com Operações de Assistência à Saúde	2.033.216,14
(-)	Despesas Antecipadas	0,00
(-)	Ativo Intangível	14.835.895,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO		43.786.488,95

CAPITAL BASE (CB)

Conforme definido nos Arts. 2º e 3º da Resolução Normativa - RN nº 451/2020, o Capital Base é “um montante fixo a ser observado a qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização”, ajustado anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA-IBGE nos últimos 12 (doze) meses, tomando-se por base o mês de junho de cada ano. Considerando que a Paraná Clínicas está classificada como Operadora de Medicina de Grupo no segmento terciário e na região 4 (por incluir Curitiba na área de abrangência geográfica dos produtos), o Capital Base (CB) calculado para o mês de dezembro/2020 está demonstrado a seguir:

CAPITAL REGULATÓRIO	
Capital Base (CB) – Medicina de Grupo - ST	
Data Base de Cálculo	Dez/21
Capital Base	9.726.594,88
Região de Comercialização	4
Fator K	25,81%
Valor Total do CB	2.510.434,14
PLA – Patrimônio Líquido Ajustado	43.786.488,95
SITUAÇÃO	SUFICIENTE

MARGEM DE SOLVÊNCIA

A regulamentação vigente, define a margem de solvência como “regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora”, ajustado na forma do disposto no artigo 5º da Resolução Normativa RN nº 451/2020, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

I - 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações na modalidade de preço preestabelecido, e de 50%

(cinquenta por cento) das contraprestações na modalidade de preço pós-estabelecido; ou

II – 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos na modalidade de preço pós-estabelecido”.

Conforme §4º do Art. 5º da resolução supracitada, consideramos no cálculo da margem de solvência o valor absoluto do montante da contraprestação de corresponsabilidade, dos contratos em pré-pagamento realizada em pós pagamento, sendo adicionada ao total das contraprestações líquidas e de eventos no período de análise.

Adotando os critérios estabelecidos nesta normativa e a opção da operadora pela adoção antecipada do capital baseado em risco (que limita a margem de solvência em 75% do seu valor), calculamos os valores para a Margem de Solvência conforme demonstrado a seguir, valores estes a serem atualizados mensalmente. Apresentamos, na tabela abaixo os valores das receitas e despesas, admitidas para apuração deste cálculo.

Margem de Solvência com adesão Antecipada (CBR)	Todos os Planos
Data Base de Cálculo	Dez/21
0,20 x Receita 12 meses	45.189.137,75
0,33 x Despesas 36 meses	53.894.855,49
Margem de Solvência Total	53.894.855,49
75% da Margem de Solvência – Adesão CBR	40.421.141,62
PLA – Patrimônio Líquido Ajustado	43.786.488,95
Valor Excedente	3.365.347,33
SITUAÇÃO	SUFICIENTE

Período de constituição: até dezembro/2022

Com a adesão antecipada do Capital Baseado em Risco – CBR (RN 451)

29. AQUISIÇÃO DE CARTEIRA

Em 19/03/2021, a controladora indireta Sul América S.A., comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. assinou nesta data com a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, contrato para aquisição de carteira de planos privados de assistência à saúde pelo preço base de R\$ 14,4 milhões. A transação visa reforçar a posição e relevância no estado do Paraná e no Sul do Brasil e, quando concluída, agregará cerca de 25 mil beneficiários à sua carteira de Saúde, reafirmando a estratégia de crescimento no segmento de Saúde e Odonto em

regiões estratégicas. A conclusão da Transação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais, conforme previstas no respectivo contrato, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes.

Dados referentes a Carteira adquirida:

Data da Aquisição	01 outubro de 2021
Custo da Aquisição	R\$ 14.400.000,00
Saldo do Início do Período	R\$ 14.400.000,00
Amortização do ágio do período	R\$ 299.880,00
Quantidade de Beneficiários Adquiridos	23.172
Quantidade de Beneficiários Remanescentes	22.601

30. ANÁLISE DE IMPACTOS COVID-19

Em 2021, continuamos observando os impactos da pandemia no Brasil, e percebemos que com a redução nas taxas de ocupação dos leitos nos hospitais no quarto trimestre de 2021, em conjunto com o avanço na vacinação da população, tornou-se possível para Companhia a reabertura de algumas filiais e a retomada gradual das atividades presenciais das áreas comerciais e relacionamento, assim como da área de negócios de gestão de investimentos de terceiros.

Além disso, a reabertura dos demais escritórios (sede e filiais) ocorreu a partir de 03/01/2022. O retorno de todas as equipes às atividades presenciais/híbridas se dará ao longo de 2022, por ondas, considerando: (1) um modelo de trabalho híbrido (combinando o presencial e o remoto), que visa maximizar eficiência operacional e engajamento dos colaboradores; e (2) retração ou evolução dos casos de COVID-19 nas regiões onde atuamos presencialmente.

Destacamos que durante o exercício de 2021, a Companhia permaneceu com todos os processos operacionais em pleno funcionamento e sem quaisquer impactos para clientes, corretores, prestadores de serviços e investidores.

A Companhia segue mantendo o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados.

Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Companhia em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente.

A Companhia continua a acreditar na força e resiliência do seu modelo de negócio e na eficiência de seus processos, e como uma empresa especializada em gestão de risco, destacadamente em gestão de saúde, a Companhia, em parceria constante com sua rede de prestadores, vem usando toda a sua experiência para minimizar possíveis impactos e continuar cuidando das pessoas com a mesma qualidade pela qual é reconhecida

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 23/02/2022, a controladora indireta Sul América S.A. (SASA) e a Rede D’Or São Luiz S.A. (“Rede D’Or”) informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, a combinação de negócios entre as companhias que será realizada por meio da incorporação da SASA pela Rede D’Or, nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM 565/15, resultando (i) na extinção da SASA, que será sucedida pela Rede D’Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D’Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA de que sejam titulares na data de consumação da Incorporação, as quais serão extintas (“Acionistas SASA”).

Uma vez implementada a Operação, portanto, os Acionistas SASA migrarão para a base acionária da Rede D’Or, que permanecerá uma companhia aberta listada no Novo Mercado. A Rede D’Or, por sua vez, assumirá o controle das sociedades atualmente controladas, direta ou indiretamente, pela SASA.

A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as Companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odonto, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio.

A Operação será oportunamente submetida às aprovações das Assembleias Gerais das duas Companhias e aos órgãos reguladores competentes, em especial Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Banco Central do Brasil – BCB.

DIRETORIA:

Ricardo Bottas Dourado dos Santos	Diretor Presidente
Igohr Schultz	Diretor Vice-Presidente
Juliana Cruz Caligiuri	Diretora Vice-Presidente
Marco Antonio Antunes da Silva	Diretor Vice-Presidente
Patrícia Quírico Coimbra	Diretora Vice-Presidente
Reinaldo Amorim Lopes	Diretor Vice-Presidente
Carlos Roberto Morteau	Diretor Técnico
Alessandra Maia Marinho Basile	Diretora
Fabiane Reschke	Diretora
Gustavo Kohn Giometti	Diretor
Heitor Augusto Pereira Barbosa	Diretor
Juliano Kiguchi Tomazela	Diretor
Laenio Pereira dos Santos	Diretor
Luciano Macedo de Lima	Diretor
Marcelo Suman Mascaretti	Diretor
Raquel Dourado Imbassahy Conrad	Diretora
Simone Cesena Duarte	Diretora
Solange Zaquem Thompson Mottan	Diretora
Tereza Villas Boas Veloso	Diretora
Eduardo Haiduk	Contador CRC 28.379/O-6